

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.464 - MS (2019/0213231-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : MANOEL MORIMOTO**  
**AGRAVANTE : VITORIO MORIMOTO**  
**ADVOGADO : ROGER QUEIROZ RODRIGUES E OUTRO(S) - MS006725**  
**AGRAVADO : VAINO CESAR DA SILVA QUEIROZ**  
**ADVOGADOS : PAULO CÉSAR DA SILVA QUEIROZ - MS003647**  
**ADEJUNIOR GENUINO E OUTRO(S) - MS014658**  
**ISADORA ORTEGA QUEIROZ - MS022377**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DEVEDOR. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AVAL PRESTADO SEM A RESPECTIVA OUTORGA UXÓRIA DO CÔNJUGE. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. SÚMULA 83/STJ. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVÊ-LO.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Manoel Morimoto e outro contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul negou provimento à apelação interposta pelos ora agravantes, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 424):

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS DE DEVEDOR – EXECUÇÃO DE NOTA PROMISSÓRIA – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA – ÔNUS PROBATÓRIO DO AUTOR, POIS NÃO HÁ VEROSSIMILHANÇA NA ALEGAÇÃO INICIAL, SOBRE SUPOSTA PRÁTICA DE USURA – RESULTADO DE EXAME GRAFOTÉCNICO NÃO INFLUIRIA NO RESULTADO DA AÇÃO – PROVA PERICIAL CONTÁBIL PRODUZIDA PELOS EMBARGANTES – DESNECESSÁRIO OUTRO LAUDO POR PERITO DO JUÍZO – MAGISTRADO PODE INDEFERIR PEDIDO DE PROVA QUE REPUTA INÚTIL OU DESNECESSÁRIA – PRELIMINAR REJEITADA – MÉRITO – AUSÊNCIA DE PROVAS QUE CARACTERIZEM COBRANÇA DE JUROS ABUSIVOS QUE PODERIA INDICAR PRÁTICA DE USURA – NÃO OCORRÊNCIA DE NULIDADE DE NOTA PROMISSÓRIA POR AUSÊNCIA DE OUTORGA UXÓRIA – PRINCÍPIO DA

# *Superior Tribunal de Justiça*

ESPECIALIDADE DE NORMA QUE REGULA A VALIDADE DO TÍTULO DE CRÉDITO – LEI DE UNIFORMIZAÇÃO DE GENEVRA (ESPECIAL), QUE REGULA ESPECIFICAMENTE A MATÉRIA, PREVALECE SOBRE A EXIGÊNCIA GENÉRICA DO CÓDIGO CIVIL – ENTENDIMENTO DO STJ – AUSÊNCIA DE PROVAS DE INVALIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO – PRELIMINAR AFASTADA – APELAÇÃO DESPROVIDA.

Nas razões do apelo especial, os recorrentes apontaram ofensa aos arts. 7º do CPC/2015; 1.647, III, do CC; e 3º da MP n. 2.172-32/2001.

Sustentaram que seria necessária a realização de perícia grafotécnica porquanto o recorrido teria preenchido o campo de emissão da nota promissória com data anterior à de emissão das lâminas de cheque, induzindo o magistrado a acreditar que versariam sobre negócios jurídicos diferentes.

Afirmaram que, uma vez demonstrado que o campo de emissão da nota promissória foi preenchido com data distinta, estaria autorizada a inversão do ônus da prova, impondo-se ao recorrido a comprovação da origem e do valor do empréstimo.

Aduziram que o aval prestado seria nulo, pois não teria sido concedida a outorga uxória.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando os insurgentes a interpor o presente agravo, por meio do qual contestam a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, é importante esclarecer que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção da prova solicitada pela parte quando considerada inútil ou meramente protelatória.

Ilustrativamente:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POLICIAL MILITAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL. MATÉRIA SUJEITA A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. COMPETÊNCIA DO STF.

(...)

2. O magistrado é destinatário da prova, assim, cabe a ele avaliar quanto à sua necessidade e relevância, de modo que não constitui

# Superior Tribunal de Justiça

cerceamento de defesa o indeferimento de prova considerada inútil ou protelatória.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 850.151/SP, Rel. Ministra DIVA MALERBI, DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. VENDA DE TERRENO E DE UNIDADES RESIDENCIAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PRODUÇÃO DA PROVA NEGADA. DESNECESSIDADE.

COMISSÃO DE REPRESENTANTES. MANDATO. ALIENAÇÃO. UNIDADES PERTENCENTES À DEMANDANTE. MÁ-FÉ. AFASTAMENTO. VALIDADE DO NEGÓCIO. CONCLUSÕES APOIADAS NA INTERPRETAÇÃO COM BASE NOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DOS AUTOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO. CRITÉRIOS DE EQUIDADE. VALOR RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO DO MONTANTE FIXADO NA ORIGEM.

1. Não tendo a recorrente demonstrado, no momento oportuno, a necessidade e a pertinência da prova requerida, correta é a decisão que, motivadamente, rejeita a sua produção. O juiz é o destinatário da prova, sendo dele a tarefa de pesar as diligências necessárias ao deslinde da controvérsia, não constituindo cerceamento de defesa o indeferimento de produção de prova considerada inútil ou protelatória. Precedentes.

(...)

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1409631/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 15/08/2014)

No caso, as instâncias ordinárias indeferiram a produção de prova grafotécnica, entendendo que, ainda que ela confirmasse que houve o preenchimento posterior do título de crédito, isso não conduziria à nulidade automática da nota promissória, tendo em vista que eventuais omissões podem ser preenchidas pelo credor de boa-fé antes da cobrança, sendo a prova, nesse sentido, inútil (e-STJ, fls. 424-433).

Para infirmar o entendimento alcançado pelas instâncias ordinárias, a fim de se concluir pela imprescindibilidade da produção de prova grafotécnica, tal como buscam os insurgentes, seria necessário o reexame fático-probatório, o que esbarra no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEFERIMENTO DE PROVA.

# *Superior Tribunal de Justiça*

CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. No caso, a análise das razões apresentadas pela recorrente, quanto à existência de cerceamento de defesa, demandaria revolvimento do conjunto fático-probatório, vedado em sede de recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1472205/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2019, DJe 05/09/2019)

Quanto à pretensão de inversão do ônus da prova, com base no art. 3º da MP n. 2.172-32/2001, impende asseverar que, como bem ressaltou o Tribunal de origem, ela só é cabível nos casos em que o prejudicado demonstrar a verossimilhança da alegação, o que não foi reconhecido na origem (e-STJ, fl. 427).

Dessa forma, derruir a convicção formada – para entender que estaria demonstrada a verossimilhança das alegações, a ensejar a inversão do ônus probatório –, é procedimento que exigiria o reexame de fatos e provas, o que é vedado na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

No que tange à necessidade de outorga uxória nos casos em que prestado o aval por pessoa casada em regime que não seja o da separação absoluta, a jurisprudência do STJ é assente no sentido de que essa exigência não se aplica aos títulos nominados regidos por leis especiais.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS. ANÁLISE DA INDISPENSABILIDADE DAS PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRESTAÇÃO DE AVAL. EXIGÊNCIA DE OUTORGA UXÓRIA. DESNECESSIDADE. TÍTULOS DE CRÉDITO NOMINADOS OU TÍPICOS. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Segundo entendimento jurisprudencial, "A interpretação mais adequada com o referido instituto cambiário, voltado a fomentar a garantia do pagamento dos títulos de crédito, à segurança do comércio jurídico e, assim, ao fomento da circulação de riquezas, é no sentido de limitar a incidência da regra do art. 1647, inciso III, do CCB aos avais prestados aos títulos inominados regidos pelo Código Civil, excluindo-se os títulos nominados regidos por leis especiais" (REsp 1.526.560/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2017,

# Superior Tribunal de Justiça

DJe de 16/05/2017).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1736228/BA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 17/06/2019)

Assim, considerando que a nota promissória é título de crédito regido por lei específica (LUG), escoreita a decisão do Tribunal *a quo*, que afastou a nulidade do aval prestado sem a outorga uxória do outro consorte. Incidência, no ponto, do enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, desprovê-lo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator